
RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DOS PENTECOSTAIS E CARISMÁTICOS CATÓLICOS

Maria das Dores Campos Machado¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – Brasil

Introdução

Até o final dos anos 70, os estudos sobre o pentecostalismo e a Renovação Carismática Católica (RCC) destacavam o emocionalismo, o apartamento da política e das mobilizações sociais como características comuns desses dois movimentos que, naquele contexto, pareciam envolver segmentos distintos da sociedade brasileira, os pobres e as camadas médias, respectivamente². A politização dos pentecostais, entretanto, tornou-se visível logo na década de 80, quando conseguiram fazer com que o número de parlamentares oriundos desse segmento saltasse de dois para dezoito, nas eleições de 1986, superando pela primeira vez o número dos legisladores protestantes históricos no Congresso Nacional.

A participação dos pentecostais na Assembleia Constituinte chamou atenção dos estudiosos e resultou em duas vertentes analíticas para a explicação das relações entre a religião e a política. A primeira vertente, estabelecendo analogias entre a agenda moralista dos parlamentares pentecostais com o movimento da Maioria Moral em evidência nos Estados Unidos, caracterizava esse segmento como a nova direita brasileira cristã (Pierucci 1989). Já a segunda perspectiva procurava as causas da politização na correlação de forças tanto no campo político quanto na esfera reli-

giosa, questionando a ideia de que a doutrina pentecostal só pudesse fomentar ações políticas no campo conservador (Fernandes 1977; Freston 1992).

O engajamento de carismáticos nas agremiações políticas e o interesse pelos processos eleitorais só começariam a ser mais perceptíveis na década de 90, mas observa-se que, diferentemente dos pentecostais, os atores políticos do segmento católico tendem a ser leigos e numericamente menos expressivos que aqueles no Congresso Nacional (Henriques 1995, 1999; Machado 2006). Nos últimos anos, entretanto, observa-se uma tendência de crescimento de legisladores nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Legislativas de diferentes estados do Brasil que se apresentam como carismáticos.

As ciências sociais associam a ampliação da presença de pentecostais e carismáticos na política com o processo de redemocratização que favoreceu a emergência de novos atores coletivos na cena pública brasileira. Demonstram também que a agenda política desses grupos cristãos privilegia as questões morais e que isto seria uma forma de reação ao avanço do feminismo e do movimento pela diversidade sexual na sociedade (Burity 2006; Machado 2010; Mariano 2011; etc.). Nesse sentido, a despeito das divergências teóricas, observa-se uma forte tendência dos estudiosos interpretarem a participação desses religiosos no cenário político não como elemento extemporâneo que teima em resgatar formas pré-modernas de organização social, mas sim como um elemento constitutivo da própria esfera pública brasileira (Pompa 2012).

Várias análises (Giumbelli 2004, 2011; Montero 2009, 2012; Oro 2011) têm revelado que a inserção do princípio da laicidade do Estado, na Constituição de 1891, não resultou em um afastamento radical das principais instituições políticas e religiosas do país. Afinal, durante todo o século XX, a Igreja Católica recebeu um tratamento privilegiado por parte do Estado e preservou sua condição de importante ator político no país. Montero (2012) argumenta, por exemplo, que essa instituição ajudou a configurar a esfera pública brasileira que hoje se mostra mais ampliada com a presença de múltiplos outros segmentos sociais – religiosos e não religiosos. Nesta perspectiva, a esfera pública não deve ser concebida como “uma entidade empírica observável”, mas sim como “um espaço que se constitui discursivamente em contraposição com outras esferas” da sociedade (Montero 2012:172). Dito de outra maneira, diferentes atores com discursos muitas vezes contrastantes colocam-se nesse espaço constituindo o que se convencionou chamar de debate público. Esse debate é marcado por controvérsias e, na visão da antropóloga, a análise dessas controvérsias poderia nos ajudar a entender o reposicionamento dos segmentos religiosos ao longo da história social brasileira.

Esta linha de interpretação, com a qual venho dialogando (Machado 2014) e que apresenta pontos de contato com aquela adotada por Duarte et al. (2009) e por Vital da Cunha e Lopes (2013), tem se revelado profícua para entender os embates entre os grupos religiosos e os movimentos sociais de uma forma geral. Esclareço,

entretanto, que seguirei um caminho mais sociológico, baseando-me nas teses das múltiplas modernidades e formas de secularização que vêm orientando análises da atuação política de segmentos religiosos em vários países do mundo (Eisenstadt 2001, 2008; Casanova 2008; Berger, Davie e Fokas 2008; Freston 2011).

Já tratei dessa vertente teórica em artigos anteriores (Machado 2012, 2013) e enfatizarei aqui apenas o fato de que a tese das diferenciadas formas de modernidade e de secularização me permite examinar os pentecostais e carismáticos católicos como atores sociais de um tipo de modernidade que se desenvolveu em uma sociedade marcada pela desigualdade de renda, pela instabilidade política e pelo papel proeminente da Igreja Católica. Uma modalidade de modernidade que foi sofrendo mudanças ao longo do tempo e que certamente adquiriu novas características com a Constituição de 1988, a chegada de partidos de centro e de esquerda no poder – PSDB e PT –, e o fortalecimento do ideário dos direitos humanos e dos movimentos de minorias sexuais. Essa perspectiva permite também pensar os grupos religiosos com percepções próprias da modernidade, da laicidade do Estado (Mariano 2011; Vital da Cunha e Lopes 2013; Machado e Burity 2014) e dos direitos humanos (Machado 2014), percepções estas que se vão desenvolvendo a partir das relações desses grupos com os movimentos sociais e demais setores da sociedade e que podem expressar controvérsias já existentes, mas também gerar novas controvérsias públicas.

Nesse sentido, apresento nas próximas páginas uma análise do processo de revisão das posições dos pentecostais e carismáticos em relação ao engajamento político e à participação nos debates públicos atuais a partir de uma pesquisa qualitativa com importantes líderes desses segmentos religiosos. Trata-se de uma investigação³ com o objetivo de conhecer as posições de lideranças religiosas em relação a uma série de temáticas culturais (aborto, homossexualidade, etc.), políticas (partidos, eleições, etc.) e econômicas (pobreza, assistência social, etc.). A principal técnica de investigação do estudo em questão foi a realização das entrevistas semiestruturadas com lideranças; entretanto, procuramos complementar os dados com a leitura de documentos e monitoramento de sites das casas legislativas, dos jornais de circulação nacional e dos grupos religiosos na internet.

Foram realizadas entrevistas com 106 lideranças⁴ de grupos carismáticos e pentecostais em sete estados brasileiros⁵. Cinquenta e oito líderes eram pentecostais⁶ e, na ocasião da pesquisa (2011-2012), atuavam nas cidades de Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campinas e Rio de Janeiro⁷. Quase todos tinham cargo eclesialístico – pastores/as, missionários/as, etc. – e vinte entrevistados do sexo masculino acumulavam ou haviam se licenciado de seu cargo na igreja para assumir uma cadeira no poder legislativo⁸. Os demais eram pastores que dirigiam instituições assistenciais e assessores políticos com atuação no Congresso Nacional. Mais da metade desses entrevistados tinham diploma universitário ou curso de teologia realizado depois do segundo grau e, embora a idade média fosse de 52 anos, apenas quatro entrevistados se encontravam em faixas etárias abaixo dos 40 anos.

Quarenta e oito líderes eram carismáticos de cidades dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Como na configuração dos entrevistados pentecostais, a maioria dos carismáticos era do sexo masculino. Entre os 36 homens ouvidos, encontravam-se sacerdotes, bispos, políticos e missionários. Já as doze mulheres se apresentaram como missionárias e/ou políticas. Nesse segmento religioso, seis homens e uma mulher eram parlamentares⁹, mas vários outros eram assessores de políticos com cargos no legislativo.

Interessa-nos em especial analisar as percepções das lideranças carismáticas e pentecostais sobre a relação da religião com a política e as estratégias adotadas pelos dois movimentos para influenciar as legislações brasileiras no campo da família, da sexualidade e da reprodução humana. Isso porque os dados revelaram não só o empenho de dirigentes religiosos na formação de quadros para atuar na política partidária com o intuito de conquistar posições nos poderes legislativo e executivo, mas também uma tendência de articulação dos atores políticos oriundos dos dois segmentos religiosos em defesa dos valores cristãos.

Estruturei este artigo da seguinte forma: na próxima seção, analiso as opiniões dos pentecostais e carismáticos acerca do importante papel da política na preservação da moral cristã na sociedade brasileira contemporânea. Em seguida, apresento as iniciativas de formação de quadros no espectro católico, em especial o Ministério Fé e Política que vem sendo usado pela RCC para formar atores políticos alinhados às posições da Santa Sé. As iniciativas dos pentecostais para formar atores políticos que possam defender a agenda política das estruturas eclesiais são trabalhadas na terceira seção. Já as atuações de assessores e parlamentares carismáticos, bem como a aproximação desses atores políticos com os legisladores pentecostais, serão exploradas na quarta seção. Finalmente, apresento o argumento de que, a despeito das diferenças doutrinárias e da competição por fiéis, os carismáticos católicos vêm se aliando com grupos pentecostais na esfera política para preservar o caráter cristão da moralidade pública brasileira.

I – A política a serviço da moral cristã

Um primeiro ponto de convergência nos discursos das lideranças pentecostais e carismáticas católicas é a avaliação negativa da cultura política brasileira. Apesar das críticas aos vícios dessa cultura, a análise das entrevistas revela que dos dois lados do cristianismo renovado a postura de rejeição e apartamento da política partidária vem sendo substituída por uma posição de ativismo político com o propósito de restaurar ou criar uma nova cultura política no país. Entre os carismáticos, observa-se a ênfase na “cultura de pentecostes”, que oferece os valores que podem tornar os integrantes desse movimento no “farol ético” da sociedade brasileira.

Na avaliação dos entrevistados, a história política do país é marcada pela corrupção, pela falta de transparência e pelo pequeno compromisso com a gestão do bem

público. Diante desse contexto, o discurso hegemônico entre os católicos é de que o carismático tem o “dever moral” de participar da política e de mudá-la. Segundo José Geraldo Bernardes (PL), vereador na legislatura de 2005-2008 na cidade paulista de Piquete, “quando os bons se afastam, os maus se manifestam” (entrevista José Geraldo Bernardes, 20/07/2011) e, sendo assim, é preciso, a um só tempo, combater a aversão do cidadão comum em relação às instituições políticas e introduzir novos valores na política nacional.

Nessa configuração discursiva, a hierarquia católica poderia estimular a consciência política e incentivar a participação do laicato nos debates públicos, bem como nas disputas eleitorais. Padre Alberto Gambarini, assessor da RCC, declarou-nos que:

A gente não pode esquecer que no passado existia a Liga Eleitoral Católica, que tinha uma lista de políticos, de todos os partidos, escolhidos pela Igreja entre as pessoas de bem. Não acho que tenha que voltar a fazer isto, mas a Igreja tem que levar os leigos a assumirem a política, não somente para defender os interesses da instituição, como algumas correntes religiosas fazem, mas para defender os princípios cristãos, buscar o bem de todos: católicos, evangélicos e membros de outras religiões (entrevista Alberto Gambarini, 17/09/2011).

Embora os entrevistados não mencionem, ocorreram outras iniciativas no campo político depois da experiência das Ligas Eleitorais. Entre as mais importantes, encontram-se as atividades do Movimento de Ação Católica (anos 60 e 70) e das CEBs (anos 80); a mobilização realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil durante a Assembleia Nacional Constituinte; a criação do Movimento pela Ética na Política (em 1992) e do Movimento de Ação da Cidadania contra Fome e Pela Vida (1993-1995); e a escolha do tema Fraternidade e Política para a campanha anual desenvolvida pela CNBB no país (Alves 2010). Ou seja, outros segmentos da Igreja já atuavam com o propósito de transformar a cultura política, e essas iniciativas tiveram repercussões na Renovação, ainda que o entendimento da política e os objetivos dos carismáticos possam ser distintos daqueles encontrados entre os católicos alinhados com os movimentos sociais e os partidos de esquerda no Brasil.

As divergências ideológicas com os setores ligados à Teologia da Libertação parecem fazer com que os carismáticos entrevistados preferissem apresentar o crescente interesse pela política eleitoral mais como uma resposta às diretrizes traçadas pela Santa Sé para os católicos do mundo todo, do que o relacionar com as iniciativas de outros setores católicos brasileiros e mesmo da CNBB¹⁰. Trata-se, portanto, de uma tentativa de simultaneamente justificar o ativismo religioso em momentos eleitorais e demonstrar que a RCC vem se transformando no Brasil, com isso conseguindo deixar de ser vista como um movimento individualista e emocional. Nesse sentido, a liderança¹¹ vem estimulando os carismáticos a se engajarem em ações coletivas e, em especial,

[...] na organização de novas forças políticas e na formação de pensadores que a partir do batismo no Espírito Santo, apontem rumos para o Brasil [...] Refletir sobre a possibilidade de unir e coordenar as diversas forças para atingirmos este objetivo. Discutir como aproveitar inclusive a diversidade de ideologias para construirmos uma alternativa de poder, que priorize o bem comum, a pessoa humana toda. Nesta dimensão, queremos traçar critérios de construção da participação política e as formas de transformá-la em instrumento de construção de um Brasil com o rosto da civilização do amor, que dê exemplo para o mundo da ação dos cristãos e da RCC como força de influência e transformação social.

Na interpretação de Silva (2008), os carismáticos adotam uma “concepção medievalista” da política que desconsidera o processo histórico de pluralização institucional e, mais especialmente, a separação entre Estado e Igreja. Em tal concepção, a política confunde-se com a moral religiosa, e a ação política transforma-se em uma “espécie de missão evangelizadora” com o propósito de “santificar o mundo”. Já os atores políticos ligados ao grupo carismático são vistos como os “escolhidos do Senhor” e se “imaginam executores do plano divino na ordem política e meros instrumentos da Sua vontade...” (Silva 2008:s/p).

Confirmando a importância do ideário religioso medieval entre os carismáticos, Felipe de Aquino, apresentador de programa na TV e na Rádio da Canção Nova, mencionou-nos que a proposta dos dirigentes é:

[...] formar um grupo como aqueles cavaleiros religiosos, os Templários que faziam voto de pobreza, humildade e castidade. Eles se colocavam a serviço da igreja, como soldado e anjo ao mesmo tempo, para defender os peregrinos que iam para a terra santa e eram massacrados pelos mulçumanos. [...] Mudando o que deve ser mudado, a gente quer formar uma tropa de elite cristã para atuar na política. Para chegar a qualquer parlamento, em qualquer tribuna e dizer de peito aberto: “Nós somos contra isso aqui porque é contra a lei de Deus. É contra o evangelho do Nosso Senhor”, e nós temos que trabalhar e/ou votar contra isso (entrevista Felipe de Aquino, 20/07/2011).

Diferentemente dos cavaleiros medievais, que protegiam os santuários da cristandade e os católicos que para ali se dirigiam, a nova “tropa de elite cristã” ocuparia as instâncias de poder político, especialmente o parlamento, onde proposições legislativas são apresentadas e examinadas. E vários depoimentos dos carismáticos demonstram esta consciência da importância crescente do aparato legal na normatização das condutas. Ou seja, embora o espírito de guerreiro deva ser mantido, o lócus da disputa e as armas utilizadas pelos combatentes cristãos são de outra natureza.

Agora os cavalheiros devem ocupar os gabinetes, elaborar leis de acordo com a cultura de pentecostes e impedir a aprovação das propostas legislativas que comprometam a hegemonia do cristianismo entre nós.

Retomaremos esta ideia do político como um cavalheiro militar quando falarmos do recrutamento e da formação política dos carismáticos. Antes, porém, cabe apresentar a percepção de política predominante entre os pentecostais. Destaco o caráter preponderante da visão aqui analisada porque, como já exposto em outros artigos (Machado 2013; Machado e Burity 2014), existem compreensões distintas sobre a relação entre a religião e a política, assim como sobre o tipo de participação dos atores religiosos – individuais e coletivos – na sociedade civil e na política partidária.

Na perspectiva hegemônica entre os pentecostais, distintamente do que identificamos entre os católicos, a participação na política eleitoral, mais do que um dever moral dos cristãos, é associada a um direito de uma minoria religiosa que sempre foi preterida pelo Estado e pela elite política, os chamados “crentes” ou evangélicos. Aqui, trata-se de uma busca de equiparação com os demais segmentos sociais que se fazem representar na esfera política e atuam na definição das leis brasileiras (Machado e Burity 2014). Segundo o bispo José Wellington Bezerra, que nasceu em 1934 e é presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil desde 1988, o “flagelo” da corrupção é antigo na história política brasileira e a responsabilidade não pode ser atribuída ao segmento confessional que, “atemorizado pela possibilidade da contaminação”, se manteve afastado dessa esfera na maior parte do século passado. Afinal, a sua geração aprendeu que a “igreja era de Deus e a política era do cão ou do diabo. E que uma coisa não devia se misturar com a outra!” (entrevista José Wellington Bezerra, 21/09/2011).

Por outro lado, a hierarquia de status definida culturalmente na sociedade brasileira associou durante muito tempo – e ainda hoje associa – o catolicismo com os segmentos brancos das camadas mais abastadas e média da população e, assim sendo, também com os grupos mais escolarizados, enquanto os pentecostais são percebidos como mais pobres, menos escolarizados e com grande presença de negros e mestiços. No discurso hegemônico entre os pentecostais, os membros desse segmento não podem ser tratados de forma subordinada, uma vez que representam a segunda tradição religiosa mais numerosa no país e que dispõem de valores importantes para a revisão da cultura política nacional. O sentimento de revolta com os padrões de valoração culturalmente estabelecidos aparece em vários depoimentos das lideranças pentecostais. O pastor da Assembleia de Deus citado acima afirmou que, nas últimas décadas, reviu a sua posição de rejeição à política eleitoral, acrescentando: “Eu reuni a minha diretoria e disse: ‘olha pessoal, hoje nós somos alguns milhões de brasileiros, e nós somos brasileiros tanto quanto qualquer outro, como somos para pagar impostos, também temos os nossos direitos. Então, por que não fazer parte do governo?’. Foi quando nós começamos a eleger alguns deputados, né?” (entrevista José Wellington Bezerra, 21/09/2011).

O crescimento numérico e a percepção da grande capacidade de mobilização das comunidades pentecostais aparecem reiteradamente nas falas dos líderes para justificar a desconstrução da visão negativa da política e o engajamento dos integrantes dessas comunidades nas agremiações partidárias, nos processos eleitorais e nos debates políticos. O deputado federal Ronaldo Fonseca (PR/DF), pastor da Assembleia de Deus, assegurou-nos saber que o sistema político é perverso e corrompido, mas que “o cristão tem que estar onde tem trevas. Então se [a política] é corrompida, tem trevas ou escuridão, nós temos que brilhar ali” (entrevista Ronaldo Fonseca, 18/04/2012). Assim, ele vem se esforçando para convencer os membros de sua igreja de que “nós somos cidadãos, nós pagamos impostos, somos regidos por uma Constituição, nós temos deveres com a nação e temos direitos. Então não é justo que nós fiquemos de fora, fiquemos no mundo sem participar das demandas que afetam a todos nós” (entrevista Ronaldo Fonseca, 18/04/2012).

A reconfiguração do discurso em relação à política segue em ritmo e sentido diferenciados, com alguns entrevistados revelando uma visão minimalista da política que enfatiza a representação dos interesses dos evangélicos nos espaços de poder, e outros demonstrando uma valorização das ações coletivas a partir da sociedade civil. Mesmo entre os que trabalham com a concepção tradicional da política foram identificadas construções discursivas diferenciadas, com alguns líderes apresentando a política como um meio de resistência e/ou “sobrevivência para os cristãos” que estão sofrendo com o avanço do relativismo e do secularismo. Já outros discursos apresentam a política como via para a implementação de uma hegemonia evangélica à medida que o segmento confessional em questão for crescendo. De qualquer maneira, verifica-se uma expectativa de que a maior participação dos evangélicos na política possa transformar a sociedade. Valnice Milhomens, fundadora da Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo, afirmou-nos:

Em 1989 eu tive uma visão, e o Espírito Santo me disse que a redenção do Brasil viria pela Igreja. Não que eu creia em um Estado teocrático, mas creio em cristãos que vivem os valores do reino, verdadeiramente onde eles estão. Creio que o povo de Deus vivendo o evangelho, a igreja crescendo e nós chegando às faculdades, à política e a todos os segmentos da sociedade... Porque não basta ser evangélico, o indivíduo tem que ter cultura, tem que ser treinado, tem que ter capacidade intelectual de sair com um projeto de transformação da nação que realmente mude a situação política, econômica e social do povo (entrevista Valnice Milhomens, 19/04/2012).

Mas é preciso deixar claro que se trata de uma ideia ainda muito vaga de projeto político e, neste debate, assim como nas questões relacionadas à doutrina e às formas de governo das comunidades confessionais, não é fácil construir uma

proposta discursiva consensual. O que identificamos foram narrativas sobre a nação cristã que ora envolvem os católicos, ora os apresentam como os responsáveis pelos vícios culturais dos brasileiros. Parece predominar, entretanto, a visão de que é necessário atuar na qualificação dos pentecostais, formar cidadãos mais ativos e uma liderança política que possa ocupar os espaços do poder, propor leis e políticas públicas condizentes com o ideário cristão. E, nesse ponto, a convergência com o discurso hegemônico entre os carismáticos é muito grande. Nos depoimentos da liderança dos dois movimentos, o ativismo religioso e a inserção na política fazem-se necessários pela situação de ameaça em que se encontram a instituição da família e a própria vida humana na sociedade brasileira.

A despeito das diferenças no meio pentecostal, predomina a visão de que as demandas dos movimentos das minorias sexuais expressam essa ameaça para a “formação da família cristã”, e as propostas de lei no Congresso Nacional com intuito de regularizar o trabalho das profissionais do sexo, descriminalizar o aborto ou ampliar o permissivo legal, promover a equiparação jurídica das uniões entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por casais homossexuais, etc. são interpretadas como sinais de que a batalha a ser travada pelos cristãos requer a presença deles nas casas legislativas. Deve-se destacar também que prevalece na configuração dos políticos pentecostais a visão de que a atuação parlamentar deve seguir o modelo adotado pelos demais grupos de interesse nas casas congressuais, corroborando os achados de pesquisas anteriores (Machado 2006; Vital da Cunha e Lopes 2013).

Entre os carismáticos, observa-se igualmente a preocupação com as proposições legislativas que mexem com os arranjos familiares tradicionais, com a sexualidade e com a educação das crianças e jovens na escola. Percebe-se também o reconhecimento crescente de que não só é preciso eleger católicos carismáticos para as casas legislativas como acompanhar se a atuação desses políticos se dá nos marcos dos valores cristãos. Segundo Raquel Silva, líder carismática no interior do estado de São Paulo, a plataforma política desses legisladores “deveria ser tirada do evangelho” e incluir temas como a defesa da vida, o combate à eutanásia e à união de pessoas do mesmo sexo.

Hoje a gente vê que o mundo caminha a passos largos para uma desvirtualização da família. Então, é importante ter alguém de Deus no Congresso, onde vota leis. Não que seja só os carismáticos, mas todos esses que são de Deus, para evitar essa desvirtualização e trabalhar pela família. Trabalhar por aquilo que é importante. Porque hoje a gente vê uma mentalidade que a família não é tão importante. Hoje junta fulano com beltrano e o importante é que eles sejam felizes, mas será? E no futuro? Qual é o preço que nós vamos pagar por essa mudança, por essa transformação radical que está acontecendo? Então, é importante ter pessoas evangelizadas, pessoas que valorizem a vida, trabalhando lá,

porque são eles [os parlamentares] que fazem as leis que chegam até nós (entrevista Raquel Silva, 18/09/2011).

E como fazer para garantir a presença dos cristãos nos poderes políticos e, em especial, no legislativo brasileiro? Quem são ou deveriam ser estes atores políticos cristãos? Quais os critérios para defini-los? Como garantir o alinhamento desses atores com a “plataforma política retirada do Evangelho”? Como os diferentes segmentos respondem ao desafio de se fazer representar na política eleitoral e nas casas legislativas?

II – Recrutamento e preparação da “Tropa de Elite cristã”

Existe uma vasta literatura sobre a importância dos segmentos ligados à Teologia da Libertação na mobilização popular e na formação de quadros políticos no Brasil (Mainwaring 1989; Novaes 1997; Romano 1979; etc.), mas temos ainda poucos estudos sobre a atuação dos carismáticos no campo da formação política, os quais se concentram em um único estado ou apresentam um caráter regional (Henriques 1999; Carranza 2000, 2011; Machado 2006). Desse modo, complementarei a literatura existente com algumas informações retiradas dos documentos produzidos pelos líderes desse movimento, bem como das entrevistas realizadas e da literatura existente sobre o tema.

Segundo Carranza (2000), as discussões sobre a importância de estimular a participação dos carismáticos nas disputas eleitorais começaram no final dos anos 70 e foram provocadas, no caso do estado de São Paulo, pelo Padre Eduardo Dougherty, um dos responsáveis pela introdução da RCC no Brasil. Assim, foi lançada a candidatura de Salvador Zimbaldi para a Câmara Municipal de Campinas, em 1982, mas ele não conseguiu ser eleito naquele pleito.

Sidnei O. Telles, coordenador do Ministério Fé e Política nos anos de 2005 e 2006¹², sugere também que aquela não se tratava de uma iniciativa localizada e de um ou outro ator religioso em particular. Segundo o seu relato¹³, já em 1985, no Encontro do Cone Sul da América Latina onde se discutiu a Teologia da Libertação e foi realizada uma “reflexão política a partir da história da salvação”, um dos integrantes da Comissão Internacional da RCC, Osmânio Pereira, apresentou seu projeto de inserção na política eleitoral brasileira¹⁴. Depois de se afastar da comissão internacional e formalizar sua candidatura de deputado federal pelo estado de Minas Gerais, esse carismático passou a enviar “todo o material de divulgação para os membros cadastrados da RCC de todos os estados, em uma clara manifestação de formação da consciência de participação na política na RCC”¹⁵. E, embora essa liderança não tenha conseguido se eleger para a Assembleia Constituinte,

[...] a sua candidatura passou a servir de parâmetro para a entrada, de uma forma mais ativa, dos membros da RCC dentro da discussão políti-

ca, inclusive com várias de suas lideranças participando de campanhas eleitorais e discutindo-as dentro dos diversos conselhos diocesanos, municipais, estaduais da Renovação. Começava uma ação mais organizada, com o objetivo de que um número maior de pessoas com a experiência do batismo no Espírito Santo estivesse inserido no mundo da política. Temos que ressaltar que já havia políticos e participantes da vida pública que tinham contato com o movimento, mas foi a primeira vez que a RCC mobilizou-se de uma forma mais estruturada¹⁶.

Em 1990, com o apoio dos grupos de oração e da estrutura da Igreja Católica de Minas Gerais, Osmânio Pereira conseguiu uma cadeira na Câmara Federal e vários outros carismáticos foram eleitos para a esfera estadual do poder legislativo de diversas unidades da federação brasileira. Neste processo de politização do movimento, foi criada em 1995, durante o Congresso Nacional da RCC, a Secretaria Moses para tratar especificamente da relação da fé com a política, que em poucos meses formulou as diretrizes para a capacitação “de formadores de outros líderes em todos os Estados brasileiros, mediante a realização de Seminário de Vida no Espírito à luz da Doutrina Social Cristã, bem como na edificação de um marco jurídico que lhes permita ocupar os espaços da vida pública nacional para evangelizar essas estruturas cívicas” (Carranza 2000:158).

Essa secretaria, posteriormente, daria lugar ao Ministério Fé e Política, que se ocuparia da formação política dos carismáticos que evangelizariam tais “estruturas cívicas”. Aqui, uma vez mais, temos que lembrar que já existiam Escolas de Formação Política de grupos católicos não carismáticos e que a primeira delas foi criada em 1986, em uma área de conflito rural em Rondônia. O objetivo central dos cursos ministrados por lideranças católicas, naquela área, era estimular a participação de leigos nos movimentos populares e a militância político-partidária (Alves 2010:74). É preciso registrar também que a CNBB incluiu nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para o período de 1991 a 1995 a proposta de criação de Escolas de Formação Fé e Política¹⁷ e adotou a temática da Fraternidade e Política para a campanha realizada em todo país no ano de 1996. Ou seja, antes mesmo da campanha implementada pela CNBB com o tema, as iniciativas de grupos mais ligados à Teologia da Libertação no campo de formação de quadros católicos para a atuação no espaço público já vinham despertando interesse e mobilizando setores da hierarquia católica. A campanha de 1996 veio estimular novas iniciativas, e uma delas seria o Ministério Fé e Política da RCC (Alves 2010).

Os dados acima são importantes, porque reforçam o argumento de que as iniciativas com vistas à inserção de leigos católicos na vida pública vão muito além da Renovação Carismática e expressam formas diferenciadas da CNBB e dos múltiplos movimentos católicos responderem à política traçada pelo Vaticano¹⁸. E mais, embora com uma agenda política circunscrita aos temas morais, não se pode deixar de re-

conhecer que a reconfiguração do movimento carismático politizou setores católicos que até então pareciam indiferentes em relação ao debate da coisa pública.

De acordo com Ivan Lacerda, ex-coordenador do Ministério Fé e Política do Rio de Janeiro e atualmente assessor político de um deputado federal ligado ao movimento carismático:

O único jeito de transformar a sociedade é através da política, e a igreja já está vendo isto. Não só a Igreja Católica, mas também as outras denominações... Tanto é que hoje nós temos pastores que são políticos porque querem a transformação do país. [...] Nós somos contra o aborto e, em Brasília, a nossa luta foi muito grande. O Movimento de Renovação Carismática arrecadou quase um milhão de assinaturas contra o aborto e nós encaminhamos para o Congresso, e lá estavam outros deputados que eram umbandistas, espíritas, evangélicos e toda ajuda nesta luta pelo bem comum é bem-vinda... (entrevista Ivan Lacerda, 02/05/2011).

Para orientar a participação de seus membros nos pleitos eleitorais e monitorar a atuação destes nos cargos públicos, dirigentes da RCC começaram a produzir, no final da década de 1990, material bibliográfico próprio como a cartilha *Fé e Política: uma proposta de Reflexão*. Essa cartilha foi lançada em 1998, no estado de São Paulo, e propunha a criação de “comunidades e grupos suprapartidários que se dediquem a um trabalho de acompanhamento e fiscalização dos candidatos eleitos”. Posteriormente, a Coordenação Nacional do referido Ministério divulgou a publicação *Fé e Política*, com diretrizes a serem seguidas pelo movimento carismático nas diferentes dioceses do país.

Escrito por vários dirigentes, entre eles o entrevistado citado acima, o livro *Fé e Política*, além de reconhecer a necessidade de assessorar os políticos carismáticos no período pré-eleitoral, defende o acompanhamento do mandato daqueles atores que, recrutados nos grupos de oração, conseguirem se eleger (Nascimento, Lacerda et alii. 2007:135-136). Assim, orienta os carismáticos para que não estabeleçam competições entre si e obriga “o candidato manter a ética e o zelo pelas coisas de Deus. Isto não acontecendo, o movimento poderá retirar o apoio, comunicando à Igreja o motivo desta decisão, por escrito, com a assinatura do Coordenador Estadual e Diocesano ao qual o candidato faz parte” (Nascimento, Lacerda et alii. 2007:115-118). Observa-se ainda uma preocupação com a fidelidade partidária, com a indicação de que os políticos carismáticos devem evitar as mudanças de agremiações partidárias. De qualquer forma, o fundamental é a fidelidade aos princípios cristãos e à própria Igreja Católica.

Deve-se registrar que, na década de 90, alguns setores da RCC apostaram na fundação de uma nova agremiação política, o Partido Solidarista Nacional (PSN, cujo estatuto foi aprovado pelo TSE em 1996), que mudou de nome em 2000, passando a se chamar Partido Humanista da Solidariedade. A iniciativa de criação de uma agremiação inspirada na doutrina social cristã e propondo a defesa dos direitos

fundamentais da pessoa humana não parece, entretanto, ter obtido o sucesso esperado, e hoje se podem encontrar políticos ligados aos grupos de oração da RCC filiados ou mesmo representando partidos dos mais diferentes matizes, PT, PV, PSDB e etc.

A gente pode até opinar, mas a escolha do partido é do candidato. O que nós orientamos é que a Igreja não tem um partido e que os partidos têm diretrizes que podem ser contrárias ao ensinamento cristão, de modo que o candidato tem que saber discernir bem e, se entrar no partido, mostrar aquilo que é bom ou ruim e deve ser mudado. [...] Nós precisamos ensinar as pessoas como fazer uma campanha sem criar um passivo econômico, compromissos que precisarão ser honrados depois das eleições. Temos que ensinar a fazer uma campanha sem gerar dependência de toda uma estrutura que gera corrupção, que gera compra e venda de votos, etc. (entrevista Cleber Matheus Thomazi, Coordenador do Ministério Fé e Política na Diocese de Lorena, 20/07/2011).

As declarações sugerem que a “cultura de pentecostes” seja levada para todos os segmentos e todas as instituições da sociedade, inclusive os partidos já existentes. A presença de “pessoas que fizeram uma experiência de Deus, com Jesus Cristo a partir da graça do batismo no espírito e que tem uma vocação para a vida política” (entrevista Cleber Matheus Thomazi, 20/07/2011) seria fundamental para o combate à corrupção, ao fisiologismo e ao personalismo nessas instituições. Nesse sentido é que um dos entrevistados fala em “infiltrar” os carismáticos nas agremiações partidárias com o propósito de que, motivados pela experiência de Deus, eles não se deixem contaminar e apresentem um comportamento parlamentar distinto que sirva de modelo para os demais. Como declarou o entrevistado acima, “o político tem que ter medo do inferno, porque se não tem medo do inferno ele se corrompe” (entrevista Cleber Matheus Thomazi, 20/07/2011).

Os grupos de oração, que se espalharam pelas cidades brasileiras e reúnem centenas de pessoas, aparecem nos discursos como um espaço fundamental para o trabalho de sensibilização dos fiéis para a ação política. Uma vez feito o “trabalho de ataque”, como diz um dos entrevistados, passa-se às consultas aos dirigentes de cada grupo para verificar quais são os fiéis que apresentam o “perfil” para ocupar uma cadeira no legislativo ou no executivo. Com isso, espera-se que o indicado se comprometa em orientar a sua conduta política segundo a doutrina social da igreja.

Em São Paulo, a capacidade de recrutamento de novos quadros para a política e de organização de cursos de formação política parece maior do que nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, onde também entrevistamos importantes lideranças. Os relatos dos carismáticos paulistas sugerem articulações em diferentes níveis, que vão dos grupos de oração de cada cidade às diferentes dioceses e englobam distintos atores católicos: bispos, sacerdotes, professores universitários, parlamenta-

res, prefeitos e assessores legislativos. Segundo um desses relatos, cursos já foram ou vem sendo oferecidos em mais de 30 dioceses, mas a construção da sede nacional da RCC na cidade de Canas acabará por levar a instalação do Centro Nacional de Formação para a Diocese de Lorena, tornando a região um polo decisivo para a difusão da “cultura de pentecostes” no Brasil¹⁹.

Além da construção da sede, que permitirá a instalação do Centro de Formação, Reinaldo Alguz, deputado estadual (PV/SP), propõe a criação de um instituto que possa criar uma pedagogia de trabalho, desenvolver um ideário político cristão que sirva de inspiração para os vereadores, deputados e prefeitos brasileiros oriundos do movimento carismático (entrevista Reinaldo Alguz, 17/09/2011). A ideia é que o referido instituto fosse financiado pelos salários recebidos pelos carismáticos durante o exercício dos cargos políticos e preparasse uma “frente de formadores” para percorrer as cidades de diferentes estados do país e difundir a pedagogia cristã entre os vocacionados para a política. Ou seja, que o instituto trabalhasse para criar a “tropa de elite cristã” ideologicamente coesa.

A formulação dessa proposta de criação do instituto é, ao mesmo tempo, resultado e expressão da pluralidade de posições no interior do movimento renovador brasileiro. Nesse sentido, alguns entrevistados revelaram desconforto com a ideia do financiamento pelos políticos, outros declararam que a duplicação de esforços no campo da formação política acabaria por provocar divisões e competições no interior da Renovação. Os argumentos contrários sugerem que existe uma disputa entre os carismáticos pelo controle do processo de recrutamento, indicação de nomes e formação de novos quadros para as disputas eleitorais.

Observam-se também algumas tensões entre os políticos e os dirigentes do Ministério Fé e Política sobre o trabalho das “câmaras de acompanhamento” junto aos parlamentares ligados ao movimento. De acordo com Beatriz Vargas (RS), secretária nacional da RCC, o Ministério de Fé e Política havia desenvolvido alguns mecanismos com o intuito de acompanhar as pessoas eleitas com o apoio da RCC. E um deles seriam as câmaras ou pequenos núcleos em que os parlamentares, assessores e líderes da Renovação deveriam discutir as propostas de lei que vão ser apresentadas e os votos a serem encaminhados aos diferentes projetos em exame nas casas legislativas. O problema, argumenta essa liderança, é que “as pessoas depois de eleitas não se sujeitam a isso” (entrevista Beatriz Vargas, 17/07/2011).

As câmaras de acompanhamento também foram mencionadas por Reinaldo Bezerra dos Reis, ex-presidente da RCC no Brasil que, embora tenha destacado muito mais a contribuição que tais núcleos podem dar aos parlamentares, reiterou o papel controlador deles. Segundo suas palavras:

A gente tem que apoiar [os legisladores] explicitamente, tem que manifestar isso através de câmaras de acompanhamento. Eles têm que se sentir apoiados até para poder fazer valer lá os critérios do evangelho...

Se ele fica sozinho, ele é engolido e não faz nada. Então tem que ter o respaldo, tem que mostrar que ele está ali a mandato de alguém, que o mandato dele pertence a uma expressão religiosa: a Renovação Carismática (entrevista Reinaldo Bezerra dos Reis, 30/08/2011).

Como sugere a citação anterior, existe uma expectativa de que o político que entrou na disputa eleitoral com aprovação e suporte dos grupos de oração, dos bispos e sacerdotes do movimento desempenhe sua função parlamentar segundo o ideário da RCC, e não segundo o programa partidário ou outra forma de ideologia.

III – Propostas de formação de liderança política entre pentecostais

Como já assinalei, existem interpretações diferenciadas sobre a relação das esferas religiosa e política e sobre a atuação política das instituições religiosas, dos dirigentes e dos fiéis nas sociedades democráticas contemporâneas. Assim, é possível identificar também discursos e iniciativas distintas no campo da formação política. Enquanto alguns poucos líderes defendem a conscientização dos fiéis para o engajamento em movimentos sociais, participação em conselhos e partidos políticos, os entrevistados com uma visão mais minimalista da política alegam que é preciso instruir e preparar aqueles que, mais do que receber o aval dos dirigentes, serão apresentados aos integrantes dos grupos de oração como “candidatos oficiais” da igreja.

A preocupação dos grupos religiosos em formar atores políticos que possam defender os interesses das estruturas eclesiais foi identificada por vários autores (Oro 2004; Bandini 2004; Machado 2006; entre outros) que mostraram como as candidaturas dos atores políticos evangélicos foram se tornando na virada do século XX para o século XXI cada vez mais uma empreitada coletiva de denominações como a Universal do Reino de Deus, Evangelho Quadrangular e Assembleia de Deus. Nossos entrevistados trouxeram informações interessantes sobre o processo de criação das instâncias internas de debate sobre a representação política do grupo, as estratégias de recrutamento e preparação dos quadros para a disputa eleitoral e a atuação parlamentar.

O deputado estadual Antônio Genaro (PSC/MG), pastor da Igreja Quadrangular, associou a entrada na vida política de seu irmão Mario de Oliveira e posteriormente a sua própria candidatura às perseguições policiais sofridas pelos dirigentes nas cidades onde tentavam abrir novos templos. Exercendo o sétimo mandato na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, esse entrevistado relatou que tanto ele quanto seu irmão foram presos, passaram por humilhações e foram acusados de charlatanismo nos anos 70, e que isso acabou por tornar a representação política do grupo uma estratégia fundamental para a Igreja Quadrangular a partir dos anos 80²⁰. De acordo com suas palavras, o lançamento de candidaturas de integrantes da igreja foi estimulado por um jornalista mineiro que lhe disse: “Vocês evangélicos cresceram para cima como uma árvore, mas esqueceram de engrossar o tronco. Eleja um deputado estadual, um fede-

ral e um vereador para representar o mundo evangélico e representar a igreja, porque quem não tem representante sofre...” (entrevista Antônio Genaro, 17/05/2012).

Posteriormente, a Igreja Quadrangular criou uma estrutura própria para a formação de quadros políticos e estabeleceu normas para os postulantes às prévias de candidaturas políticas. Conforme destaca o deputado federal e pastor Jefferson Campos (PSD/SP), com a criação da “secretaria nacional, chamada Secretaria Geral de Cidadania”, ele foi escolhido para montar e coordenar “os cursos de capacitação dos candidatos da Igreja”. Assim, além de debates, seminários e congressos realizados pela Quadrangular e “que não são específicos para cidadania, mas ajudam a formar novos líderes, temos cursos do mandato [sobre atuação parlamentar] e fóruns políticos para termos uma mesma linha de pensamento” (entrevista Jefferson Campos, 04/05/2012).

A Secretaria também estipulou as regras para a escolha dos nomes que receberam o suporte financeiro, assessoria e indicação do grupo. No portal da Igreja na internet, a Secretaria Geral de Cidadania informa que os interessados em representar politicamente o grupo religioso devem apresentar certidão negativa de débito tanto com a igreja quanto com o Serasa e o Serviço de Proteção ao Consumidor, assim como certidão de quitação com as obrigações eleitorais. Cabe às comissões eleitorais e ao conselho estadual e municipal a definição dos nomes a serem indicados e preparados para a disputa eleitoral²¹. Segundo o responsável pela Secretaria Nacional da Cidadania:

O candidato a qualquer cargo político partidário, vereador, deputado estadual, federal, senador, prefeito, passa por uma prévia dentro da Igreja Quadrangular. No âmbito do município quem vota são os pastores titulares. No caso de Sorocaba nós temos 150 pastores com direito a voto. No caso do estado são todos os pastores. Nós temos um colégio aproximadamente de 4.500 pastores que votam secretamente no estado de São Paulo. Um ano antes da eleição, reza o nosso estatuto, qualquer membro ou pastor que queira se habilita. Apresenta suas certidões e é analisado pelo “ficha limpa” que nós temos há muitos anos. Fazemos uma convenção um ano antes e escolhemos quem é o nosso representante para o próximo pleito. E as igrejas são instadas estatutariamente a apoiar aquele que foi escolhido (entrevista Roberto Jefferson, 04/05/2012).

É interessante salientar que, distintamente do segmento católico que prioriza a formação política de leigos, o que temos encontrado com mais frequência no segmento pentecostal é a transformação de pastores em políticos e, em alguns casos, sem abrir mão de suas funções religiosas. O próprio Jefferson Campos relatou-nos que foi consagrado pastor com 23 anos, em 1985, e disputou a sua primeira eleição em 1992, mas só conseguiu se eleger para o cargo de vereador da cidade de Sorocaba em 1996. Na ocasião da entrevista, Jefferson exercia seu terceiro mandato na Câmara Federal e conciliava o trabalho de legislador em Brasília com as atividades pastorais da Qua-

drangular em Sorocaba (SP). Mas ele não é o único integrante de sua família que, uma vez religioso, decidiu entrar na carreira política, como demonstra as palavras abaixo.

Eu tenho um cunhado, que foi vereador por quatro mandatos consecutivos em duas cidades diferentes. Foi vereador e presidente da Câmara de Catanduva. Mas ele é pastor e a igreja o transferiu para Assis. Lá ele se elegeu mais duas vezes para o cargo de vereador. Tenho outro cunhado que foi vereador de Sorocaba de 2004 a 2008 e foi reeleito em 2008. Em 2010 se elegeu junto comigo deputado estadual em São Paulo, o Pastor Carlos Cesar (entrevista Jefferson Campos, 04/05/2012).

Ronaldo Fonseca (PR/DF), que coordenou por vários anos o que ele classificou como “o projeto político da Assembleia de Deus”, também comentou sobre o recrutamento e a formação de quadros para a representação dos interesses da Igreja. Segundo informa, em 2001 começou a ser implementado, na Assembleia de Deus, um projeto para “despertar a cidadania da membresia” e estimular a participação nas disputas eleitorais pelas cadeiras das casas legislativas, onde as leis são definidas e as bases cristãs da sociedade “precisam” ser defendidas. Se, no passado, candidaturas de assembleianos já haviam mobilizado algumas igrejas, agora se trata de criar mecanismos de controle sobre as candidaturas e a atuação parlamentar daqueles que se elegem ou se elegeram com o amparo logístico da denominação.

A gente idealizou esse Projeto pra disciplinar isto [o lançamento de candidatura] e foi assim que criamos um Conselho Político Federal e as Comissões Políticas Federais e Estaduais. O Conselho Político cuidava dessas Comissões, as Comissões Estaduais cuidavam das indicações do Deputado Estadual e de Vereador, e a Comissão Federal cuidava de Deputado Federal e Senador (entrevista Ronaldo Fonseca, 18/04/2012).

Aqui, como no caso dos carismáticos, a expectativa é que o legislador, durante o exercício de seu mandato político, defenda os ideais cristãos e trabalhe para ampliar a capacidade de influência da denominação na sociedade. Embora esse entrevistado enfatize o papel de “despertar as vocações” dos integrantes da igreja para a política, pode se constatar a predominância de atores políticos com cargos religiosos no conjunto dos deputados federais da legislatura de 2011-2015 que são vinculados à Igreja. Ou seja, assim como o que ocorre na Quadrangular e na Universal, a maioria dos que são escolhidos para as disputas eleitorais e obtêm sucesso nessa empreitada é constituída de pastores/as e/ou missionários.

Os depoimentos dos políticos com mandatos nas Assembleias Legislativas estaduais corroboram a afirmação da preferência dos pentecostais pelas candidaturas de autoridades religiosas, com a maior parte dos entrevistados declarando ter assumi-

do funções religiosas em suas igrejas antes de se aventurar pela política partidária. Os que não foram consagrados como pastores são missionários, parentes de pastores ou têm posição privilegiada no meio empresarial evangélico.

Quando abordam as atividades preparatórias das denominações, os entrevistados mencionam palestras, debates e preleções feitas pelos dirigentes religiosos sobre os vícios da cultura política brasileira, a necessidade de mudar as instituições políticas e, conseqüentemente, a contribuição que os evangélicos podem dar nesse processo. O envolvimento de um grande número de legisladores pentecostais nos escândalos econômicos de meados da década de 2000²² indica, contudo, dificuldades enfrentadas por aqueles que pretendem tirar do plano da retórica a proposta de renovação da cultura política. Legisladores eleitos com o apoio de várias igrejas tiveram seus nomes arrolados em processos de investigação policial, o que de certa forma ajudou a enfraquecer o discurso da ética evangélica como alternativa aos males brasileiros. De qualquer maneira, estamos tratando de um campo religioso plural e heterogêneo, no qual algumas denominações se destacam pela capacidade de organização, formação de novos quadros e mobilização política.

IV – As alianças dos carismáticos e pentecostais nas casas legislativas

Ainda que tenham concepções diferenciadas da política, projetos genuínos de formação de quadros, e mesmo interesses específicos e conflitantes, as agendas políticas dos carismáticos e dos pentecostais sobrepõem-se quando se trata da moralidade sexual e do tema da família. Várias entrevistas assinalaram a aproximação dos atores políticos carismáticos com os legisladores de identidade religiosa pentecostal no Congresso Nacional. Ações conjuntas foram mencionadas tanto por assessores e ativistas como pelos próprios parlamentares dos dois movimentos cristãos. A missionária Rosângela Justino, da Igreja Batista, mencionou-nos que visita os gabinetes de todos os parlamentares na companhia de um sacerdote católico, conclamando-os a votar contra as propostas de ampliação do permissivo para os casos do aborto e dos direitos dos homossexuais, acrescentando:

Nós nos juntamos à rede Pró-vida e Pró-família, onde atuam instituições católicas e espíritas. A gente faz congressos, faz reuniões para estudar, para discutir e para se unir mais. Nas igrejas evangélicas, por exemplo, a gente não tinha a bandeira do aborto, mas hoje tem. Eu tenho feito cursos com os católicos de ajuda a mulheres que abortaram e também de prevenção ao aborto; assim, quando faço palestras dentro das igrejas, eu agora falo deste tema (entrevista Rosângela Justino, 19/04/2012).

A política de aproximação, de acordo com o depoimento de Elias Castilho, secretário executivo da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, foi uma

iniciativa de católicos enviados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (entrevista Elias Castilho, 08/02/2012). Um fato que teria favorecido essa política foi o parecer contrário, emitido em 2008 pelo deputado federal Jorge Tadeu Mudalem²³ (PFL/SP), a um projeto de lei com a proposta de suprimir do Decreto-lei nº 2.848, de 1940, o artigo que caracteriza crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento. Tratava-se do PL 1135/1991²⁴, e o parecer do deputado pentecostal foi endossado pelos demais integrantes da Comissão de Seguridade Social e Família do Congresso Nacional.

O acompanhamento da atuação parlamentar desses políticos confirma esta política de alianças no Congresso Nacional. Assim, observou-se que parlamentares oriundos da RCC, como Salvador Zimbaldi (PDT/SP), aparecem como coautores de propostas de lei elaboradas por políticos pentecostais – Roberto Lucena (PV/SP) e João Campos (PSDB/GO) – na contramão das demandas dos movimentos feministas e pela diversidade sexual. Exemplar nesse sentido é o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) de nº 566/2012, que tinha como objetivo sustar “a aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 54”. Trata-se de uma reação articulada dos setores cristãos à decisão do judiciário de ampliar o permissivo legal do aborto para os casos de anencefalia cerebral, uma demanda feminista que dificilmente seria aprovada no poder legislativo em virtude da posição conservadora de grande parcela dos parlamentares que integravam a 54ª Legislatura (2011-2015).

Na configuração dos entrevistados que atuam nas Assembleias Estaduais também se observa uma plataforma política centrada nas questões relacionadas ao aborto – com a defesa intransigente da vida – e no controle do comportamento e educação sexual, de modo que se verifica a tendência de replicar na esfera estadual iniciativas legislativas existentes no Congresso Nacional, como a Frente em Defesa da Vida e em Combate ao Aborto, com integrantes carismáticos e pentecostais. No caso da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, os políticos desses dois grupos cristãos estão igualmente juntos na luta contra os projetos de lei que tentam ampliar os direitos dos segmentos homossexuais na esfera estadual.

A articulação dos parlamentares carismáticos e pentecostais parece relacionada com o esforço de aproximação de instituições católicas e evangélicas que já resultou na criação de duas novas redes interdenominacionais: o ENCRISTUS e a Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política. O *Encontro de Cristãos em Busca de Unidade e Santidade* (ENCRISTUS)²⁵ foi criado em 2008, na cidade de Lavrinhas (MG), com o objetivo de:

[...] favorecer o encontro de evangélicos e católicos, que desejam buscar a santidade e a unidade fraternalmente, movidos pela efusão do Espírito Santo que experimentam em suas Comunidades. Este encontro tem um sentido espiritual, discipular, bíblico e apostólico. Não se trata de uma “comissão” interconfessional, nem de uma instância representati-

va dos dirigentes das Comunidades participantes – embora algumas se fazem representar por presidentes, bispos ou delegados oficiais. Trata-se, sobretudo, de um encontro de irmãos e irmãs que se reconhecem chamados pelo Senhor Jesus Cristo a uma vida de santidade e unidade, conforme o Evangelho²⁶.

Contando com o apoio da CNBB e da RCC, o ENCRISTUS já realizou vários encontros de caráter nacional e, segundo o material de divulgação na internet, os seus “animadores” são basicamente dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na ocasião da pesquisa, dois líderes carismáticos entrevistados, os sacerdotes Elias Wolf e Marcial Maçaneiro – membro da Comissão Pontifícia para o Diálogo Religioso do Vaticano e assessor da CNBB –, prestavam assessoria oficial ao ENCRISTUS.

A proposta de criação de uma Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política foi nos relatada por Wilton Acosta, pastor da Igreja Sara Nossa Terra, sugerindo também alianças entre evangélicos e católicos e a criação de novas formas de intervenção na arena política (entrevista Wilton Acosta, 07/02/2011). Deve-se registrar que na primeira metade da década passada os evangélicos criaram o Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP) que, desde seus primórdios, foi dirigido pelo entrevistado citado acima. Segundo documentos dessa entidade, o Fórum atuava “em todo o território brasileiro com programas de treinamento de líderes e parlamentares”, desenvolvendo “inúmeros projetos com foco na conscientização da comunidade cristã para uma maior participação do público religioso em ações cidadãs”. Além disso, acompanhava “a execução de políticas públicas e a aplicabilidade da legislação vigente, se destacando como autora de denúncias de violação de direitos humanos, do direito à vida e do direito à liberdade religiosa no Brasil”²⁷.

De acordo com as declarações do Pr. Wilton, a decisão de alterar o nome do Fórum Evangélico para Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política foi tomada em 2011 com o intuito de atrair os católicos e resultou das negociações com a própria CNBB. É preciso esclarecer, entretanto, que, nos anos posteriores à entrevista em questão, foram encontrados registros de atividades do FENASP em vários estados do Brasil²⁸, fato que permite levantar duas hipóteses não excludentes: a primeira seria a de insucesso ou de dificuldades dos atores religiosos em viabilizar a Frente Cristã; e a segunda, de que mesmo investindo em uma política de aproximação com os católicos, os evangélicos não abriram mão de seu Fórum original, para manter sua capacidade de pressão e de mobilização de recursos na área social.

Ademais, queria chamar atenção para o fato de que, à medida que o ideário dos direitos humanos vai se fortalecendo em nossa sociedade com o reconhecimento dos direitos reprodutivos e sexuais, as instituições religiosas se veem obrigadas a adequar seus posicionamentos, lançando mão de novas estratégias e argumentos de outros campos discursivos. E nesse ponto concordo totalmente com a afirmação de Montero (2012:176) de que, “quando os agentes religiosos têm que agir publicamen-

te, eles se veem obrigados a aprender, em cada situação específica, a gramática e a semântica relacionada ao modo de organização de cada cultura pública em particular”.

A eleição em 2013 do deputado federal Marco Feliciano, pastor de uma igreja pentecostal, para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal foi uma demonstração clara de que rapidamente os pastores entenderam a máxima de que em política não existe espaço vazio²⁹. Demonstrou também que os aliados históricos do movimento LGBT, em especial os representantes do Partido dos Trabalhadores na legislatura em questão, tinham outras prioridades ou subestimaram a capacidade de mobilização dos parlamentares de identidade religiosa em uma comissão de trabalho fundamental para a ampliação da cidadania das minorias sexuais.

Considerações finais

O objetivo deste artigo era confrontar as percepções políticas e as iniciativas de líderes carismáticos e pentecostais para a formação de quadros políticos no Brasil. Nesse sentido, tentei demonstrar que, atentos aos movimentos culturais que questionam a ordem de gênero e a moralidade sexual cristã e percebendo a importância crescente da normatividade legal e do ideário dos direitos humanos na sociedade contemporânea, pentecostais e carismáticos se esforçam para readequar seus discursos e suas formas de atuação na sociedade mais ampla. Trata-se de reações que adquirem contornos específicos, dadas as características distintivas desses segmentos, em especial a desvalorização social dos pentecostais pela elite política e pela sociedade. No caso dos carismáticos, a política é vista como mais um entre muitos outros lócus de evangelização; já para os pentecostais é um espaço a um só tempo de resistência aos movimentos das minorias sexuais e de ampliação dos direitos da própria minoria evangélica, cujos integrantes são percebidos como cidadãos de “segunda classe” quando comparados aos católicos.

A política de formação de quadros para a atuação nos poderes legislativo e executivo também apresenta características distintas, com os pentecostais priorizando o recrutamento de pastores/as e missionários/as, enquanto que, entre os carismáticos, os fiéis são convocados para integrar a “Tropa de Elite Cristã” e, por isso, requerem uma preparação de caráter mais espiritual. Como nos revelou Rogério Soares, coordenador da RCC em São Paulo:

[...] o Ministério de Fé e Política tem por finalidade a evangelização das pessoas que atuam na área política. A proposta é fazer com que o evangelho seja pregado, anunciado a essas pessoas que possuem a vocação política. Então a renovação tem essa visão que ela precisa contribuir na formação espiritual das mentes, do conhecimento, do intelecto daqueles que hoje estão governando ou serão amanhã governantes [...] (entrevista Rogério Soares, 17/07/2011).

A preocupação com uma atuação parlamentar alinhada com o ideário cristão também aparece nos depoimentos de alguns pentecostais que, para além de deslocar pastores/as e missionários/as para o trabalho de representação política do grupo (pessoas com conhecimento da doutrina religiosa, portanto), procuram desenvolver mecanismos de controle do grupo sobre os atores políticos. Além disso, visam ampliar sua capacidade de influência nas casas legislativas inserindo-se em grupos de trabalho de caráter supradenominacional, como a Frente Parlamentar Evangélica e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida.

A despeito do discurso pentecostal de minoria religiosa, constatou-se a tendência de diálogo e de estabelecer alianças políticas entre os legisladores e assessores parlamentares dos dois segmentos confessionais para defender os valores cristãos no campo da sexualidade e da família. Essas alianças têm o aval da CNBB e da Frente Parlamentar Evangélica. Cabe acrescentar ainda que, embora façam críticas ao corporativismo de alguns políticos pentecostais, líderes carismáticos admiram a forma apaixonada como aqueles defendem os valores cristãos e enfrentam os movimentos sociais e o poder executivo. Essa admiração legitima a atuação alinhada dos parlamentares que integram a “Tropa de Elite Cristã” com os pastores políticos no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas Estaduais.

Finalmente, deve-se assinalar que a descontinuidade observada nas configurações discursivas dos dois segmentos religiosos com a avaliação positiva da inserção dos cristãos na política contemporânea atualiza a associação da evangelização a uma forma de batalha, na qual os que não seguem o cristianismo devem ser combatidos. Ou seja, o discurso predominante tanto entre carismáticos quanto entre pentecostais parece advir da teologia da guerra ao mal que, em diferentes momentos da história ocidental, gerou perseguições às minorias culturais. Esta vertente teológica já foi bastante explorada na literatura especializada (Mariz 1999), permitindo-me aqui apenas assinalar que o espírito de intolerância nela presente também se faz sentir nas posições de muitos pentecostais e carismáticos sobre os movimentos de minorias sexuais na contemporaneidade. Este fenômeno, que, como vimos, é fruto da democratização da sociedade, paradoxalmente cria dificuldades para o aprimoramento da democracia, mas advogo que esse desafio pode ser superado com o fortalecimento das alianças dos movimentos sociais com os demais setores da sociedade, inclusive com os católicos e evangélicos menos ortodoxos.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Antônio Aparecido. (2010), *Escolas de Formação Fé e Política: Um estudo teológico a partir do Ensino Social da Igreja e da Teologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Teologia, PUC-Rio.
- BANDINI, Claudirene A. (2004), *Religião e Política: a participação política dos pentecostais nas eleições de 2002*. São Carlos: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFSCar.

- BERGER, Peter; DAVIE, Grace; FOKAS, Effie. (2008), *Religious America, Secular Europe? A Theme and Variations*. Burlington: Ashagate Publishing Company.
- BURITY, Joanildo A. (2006), “Religião, voto e instituições: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002”. In: J. A. Burity; M. D. C. Machado (orgs.). *Os Votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana.
- CARRANZA, Brenda. (2000), *Renovação Carismática Católica: Origens, mudanças e tendências*. Aparecida/SP: Santuário, 2ª.
- _____. (2011), *Catolicismo midiático*. Aparecida: Editora Ideia & Letras.
- CASANOVA, José. (2008), “Public religions revisited”. In: H. de Vries (ed.). *Religion: Beyond the Concept*. New York: Fordham University Press. Disponível em: http://www.wcfia.harvard.edu/sites/default/files/religionseminar_jcasanova.pdf. Acesso em: 29/11/2011.
- D'EPINAY, Christian Lalive. (1970), *O refúgio das massas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias et al. (2009), *Valores Religiosos e Legislação no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond.
- EISENSTADT, Shmuel Noah. (2001), “Modernidades múltiplas”. *Sociologia*, nº 35: 39-163.
- _____. (2008), “Multiple Modernities”. In: L. G. Titarenko and G. N. Sokolova (eds.). *Reader on Modern Sociology*. Tesey: Minsk.
- FERNANDES, Rubem César. (1977), “O debate entre sociólogos a propósito dos pentecostais”. *Cadernos do ISER*, nº 6: 57-58.
- FRESTON, Paul. (1992), “Evangélicos na Política brasileira”. *Religião & Sociedade*, nº 16, v. 1-2: 26-43.
- _____. (2011), “Religious Pluralism, Democracy and Human Rights in Latin America”. In: T. Banchoff & R. Wuthnow (eds.). *Religion and the Global Politics of Human Rights*. New York: Oxford University Press.
- GIUMBELLI, Emerson. (2004), “Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios”. *Estudos Avançados*, v. 18, nº 52: 47-52.
- _____. (2011), “O acordo Brasil-Santa Sé e as relações entre Estado, sociedade e religião”. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, ano 13, nº 14: 119-143.
- HENRIQUES, Júlia Maria Pereira de Miranda. (1995), *Horizontes de bruma – os limites questionados do religioso e do político*. São Paulo: Maltese.
- _____. (1999), *Carisma, sociedade e política – novas linguagens do religioso e do político*. São Paulo: Relume Dumará.
- MACHADO, Maria das Dores C. (2006), *Política e Religião*. Rio de Janeiro: FGV.
- _____. (2010), “Igrejas Cristãs e os desafios da ampliação dos direitos humanos na América Latina”. *Praia Vermelha (UFRJ)*, v. 20, nº 2: 157-167.
- _____. (2012), “Religião, cultura e política”. *Religião & Sociedade*, v. 32, nº 2: 29-56.
- _____. (2013), “Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira”. *Cultura y Religión*, v. 7, nº 2: 48-68.
- _____. (2014), “Os pentecostais e as controvérsias sobre os direitos humanos no Brasil”. In: *29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal. Disponível no CD com trabalhos da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia e no Cadernos de Resumos.
- MACHADO, Maria das Dores C. e BURITY, Joanildo. (2014), “A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, nº 3: 601-629.
- MAINWARING, Scott. (1989), *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- MARIANO, Ricardo. (2011), “Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos na esfera pública”. *Civitas*, v. 11, nº 2: 238-258.
- MARIZ, Cecília Loreto. (1999), “A Teologia da Batalha Espiritual: uma revisão da bibliografia”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, nº 47: 33-48.
- MONTERO, Paula. (2012), “Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso”. *Religião & Sociedade*, v. 32, nº 1: 167-183.

- _____. (2009), "Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil". *Etnográfica*, v. 13, nº 1:7-16.
- NASCIMENTO, Marizete Martins Nunes do; LACERDA, Ivan Rúbio et alii. (2007), *Fé e Política – Noções Gerais e Propostas para Estruturação do MFP nas Dioceses do Brasil*. Brasília: RCCBRASIL Editora.
- NOVAES, Regina. (1997), *De Corpo e Alma – Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia.
- OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro. (1975), "Movimento Carismático na América Latina – Uma visão sociológica". *Cadernos do ISER*, nº 5: 36-48.
- _____. (1977), "Presença da Igreja Católica na sociedade brasileira". *Religião & Sociedade*, v. 1: 111-113.
- OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro et al. (1978), *Renovação Carismática Católica: uma análise sociológica e interpretações teológicas*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- ORO, Ari Pedro. (2004), "Religiões e Eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004". *Debates do NER*, ano 5, nº 6: 9-34.
- _____. (2011), "A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações". *Civitas – Revista de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 11, nº 2: 221-237.
- ORO, Ari Pedro e ALVES, Daniel. (2013), "Renovação Carismática Católica: movimento de superação da oposição entre catolicismo e pentecostalismo?". *Religião & Sociedade*, v. 33, nº 1: 122-144.
- PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. (1989), "Representantes de Deus em Brasília: a Bancada Evangélica na Constituinte". *Ciências Sociais Hoje*, nº 11: 104-132.
- POMPA, Cristina. (2012), "Introdução ao Dossiê Religião e Espaço Público: repensando conceitos e contextos". *Religião & Sociedade*, v. 32, nº 1: 157-166.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. (1990), "Assembleia de Deus". In: L. Landim (org.). *Sinais dos Tempos: Diversidade Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER. (Cadernos do ISER, 23).
- ROMANO, Roberto. (1979), *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós.
- SILVA, Antônio Ozaí. (2008), "Religião e Política: Memória e História da Renovação Carismática Católica em Maringá (PR)". *Revista Espaço Acadêmico*, nº 81: não paginado. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/081/81ozai.htm>. Acesso em: 10/06/2014.
- VITAL DA CUNHA, Christina e LOPES, Paulo Victor Leite. (2012), *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Iser.
- WILLENS, Emilio. (1967), *Followers of the New Faith: Cultural Change and the Rise of Protestantism in Brazil and Chile*. Nashville: Vanderbilt University Press.

Jornal consultado

- MATAIS, Andreza. "CPI dos Sanguessugas denuncia 72 parlamentares; veja lista". São Paulo. *Folha de S. Paulo*, 10 ago. 2006, Política/Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81238.shtml>. Acesso em: 20/05/2014.

Sites consultados

- BLOG GOSPEL – RÁDIO RICOS. "Congresso Estadual – FENASP". Disponível em: <http://www.radioricosgospel.com.br/blog/416/>. Acesso em: 12/04/2014.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. "Ordem do Dia nas Comissões. Comissão de Seguridade Social e Família. 53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária. Pauta de Reunião Ordinária em 7/5/2008 às

- 9h30". Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=17828>. Acesso em: 30/05/2014.
- COMUNIDADE DE JESUS – RIO DE JANEIRO. “Matteo pregando no ENCRISTUS 2012 – Sorocaba”. Disponível em: <http://comunidadejesusrio.blogspot.com.br/2012/08/matteo-pregando-no-encristus-2012.html>. Acesso em: 30/08/2014.
- ENCRISTUS. “Quem somos: Memória ENCRISTUS – Encontro de cristãos na busca de unidade e santidade”. Disponível em: http://www.encristus.com.br/dinamic/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=56. Acesso em: 12/08/2014.
- FATO REAL. “ALE-RR sedia I Congresso do Fórum Evangélico Nacional”. Disponível em: <http://www.fatoreal.blog.br/politica/ale-rr-sedia-i-congresso-do-forum-evangelico-nacional/>. Acesso em: 18/03/2014.
- IBF ATIBAIA. “Diretoria da Frente Nacional Cristã de Ação Social de São Paulo é eleita em congresso”. Disponível em: <http://www.ibfatibaia.org.br/noticia/1/diretoria-da-frente-nacional-crista-de-accao-social-de-sp-e-eleita-em-congresso>. Acesso em: 21/06/2012.
- PORTAL IGREJA QUADRANGULAR. “Secretaria Estadual de Cidadania”. Disponível em: <http://www.portaligrejaquadrangular.com.br/portal/novidades/cidadania.asp>. Acesso em: 04/02/2014.
- RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA BRASIL. “Histórico do Ministério de Fé e Política da RCC-Brasil”. Disponível em: <http://www.rcchbrasil.org.br/artigo.php?artigo=99>. Acesso em: 20/06/2014.
- RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA BRASIL. “Histórico do Ministério de Fé e Política da RCC do Brasil”. Disponível em: <http://www.rcchbrasil.org.br/artigo.php?artigo=55>. Acesso em: 23/04/2014.
- VATICANO. “Discurso do Santo Padre João Paulo II a uma delegação da ‘Renovação do Espírito Santo’”. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2002/march/documents/hf_jp-ii_spe_20020314_rinnovamento-spirito-santo_po.html. Acesso em: 01/07/2014.

Entrevistas

- Alberto Gambarini, 17 de setembro de 2011.
- Antônio Genaro, 17 de maio de 2012.
- Beatriz Vargas, 17 de julho de 2011.
- Cleber Matheus Thomazi, 20 de julho de 2011.
- Elias Castilho, Brasília, 08 de fevereiro de 2012.
- Felipe de Aquino, 20 de julho de 2011.
- Ivan Lacerda, 02 de maio de 2011.
- Jefferson Campos, 04 de maio de 2012.
- José Geraldo Bernardes, 20 de julho de 2011.
- José Wellington Bezerra, 21 de setembro de 2011.
- Raquel Silva, 18 de setembro de 2011.
- Reinaldo Alguz, 17 de setembro de 2011.
- Reinaldo Bezerra dos Reis, 30 de agosto de 2011.
- Roberto Jefferson, 04 de maio de 2012.
- Rogério Soares, 17 de julho de 2011.
- Ronaldo Fonseca, 18 de abril de 2012.
- Rosângela Justino, 19 de abril de 2012.
- Valnice Milhomens, 19 de abril de 2012.
- Wilton Acosta, 07 de fevereiro de 2011.

Notas

- ¹ Sou grata ao CNPq pela bolsa de produtividade no projeto de pesquisa “Religião e Formação de Lideranças Políticas no Brasil”.
- ² Para os pentecostais, ver Willens (1967), D’Épinay (1970), Rolim (1990); para os carismáticos, ver Oliveira (1975, 1977) e Oliveira et al. (1978).
- ³ Trata-se do projeto intitulado “Pentecostal Leaders in Latin America: Political and Socio-Economic Attitudes”, financiado pelo Pentecostal and Charismatic Research Initiative (PCRI) da University of Southern California e desenvolvido pela autora em conjunto com os professores Paul Freston, Joaquin Burity, Ari Oro, Cecília Loreto Mariz e Brenda Carranza.
- ⁴ Inicialmente, formulou-se uma lista com mais de cem nomes de evangélicos e católicos que atuavam na mídia, na política, nos espaços de formação teológica, nos movimentos sociais e na literatura nacional. Isto é, pessoas com capacidade de influência no meio cristão. Nem todos que integravam a lista colaboraram com o estudo, mas posteriores indicações dos entrevistados e situações especiais, como encontros com concentração de carismáticos ou repetidas visitas às casas legislativas, possibilitaram o acesso a outros líderes. As entrevistas foram realizadas pelos professores citados na nota 3 e por Robson Souza e Aline Siliprandi, bolsistas do projeto.
- ⁵ Como tínhamos um grande número de entrevistas e de dimensões a serem trabalhadas, acabamos adotando o programa de informática N-Vivo para a análise dos dados coletados. O ideal era que tivéssemos feito isso antes do início das entrevistas, atentando para que todos os entrevistados se posicionassem sobre os temas de nosso interesse. Mas mesmo assim, elaboramos uma “Árvore de Nós” a partir das principais questões da pesquisa, e as 106 entrevistas foram codificadas. A análise do conteúdo das entrevistas deu-se a partir dos relatórios gerados em função das temáticas.
- ⁶ Assembleia de Deus (17); Batista Renovada (11); Betesda (2); Bola de Neve (1); Brasil Para Cristo (2); Comunidades Evangélicas (5); Comunidades Terapêuticas (2); Cruzada Mundial de Missões (1); Igreja Cristã Nova Vida (2); Igreja Apostólica Internacional (1); Igreja do Evangelho Quadrangular (4); Igreja do Nazareno (1); Igreja Missionária Evangélica Maranata (1); Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (1); Igreja Universal do Reino de Deus (2); Ministério Koinonia (1); Nova Vida (2); Presbiteriana (3); Sara Nossa Terra (1).
- ⁷ Grande parte das entrevistas com os Deputados Federais foram realizadas em Brasília, no Congresso Nacional. Por questão orçamentária, as demais entrevistas foram realizadas com lideranças que viviam nas cidades dos pesquisadores que integravam a equipe do projeto.
- ⁸ Os parlamentares pertenciam aos seguintes partidos: PSC (3), PR (3), PSD (3), PSDB (3), PRB (2), PV (1), PROS (1), PMDB (1), PT do B (1), PDT (1) e PP (1).
- ⁹ Estavam filiados aos seguintes partidos: PV (2), PDT (2), PSC (1), DEM (1) e PROS (1).
- ¹⁰ Em discurso proferido, em 14 de março de 2002, para a liderança da Renovação Católica que visitava o Vaticano, o Papa João Paulo II afirmou que a “cultura do Pentecostes é a única que pode fecundar a civilização do amor e da convivência entre os povos [...]”. Ver: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2002/march/documents/hf_jp-ii_spe_20020314_rinnovamento-spirito-santo_po.html. Acesso em: 01/07/2014.
- ¹¹ Ver: <http://www.rccbrasil.org.br/artigo.php?artigo=99>. Acesso em: 20/06/2014.
- ¹² Em 2006, Telles foi substituído na coordenação por Marizete Nascimento, pois se candidatou ao cargo de deputado federal pelo Paraná, mas não foi eleito. Desde 2010, o coordenador é Sérgio Zavanir, esposo da presidente da Renovação Católica Nacional, Kátia Zavanir.
- ¹³ Ver: <http://www.rccbrasil.org.br/artigo.php?artigo=55>. Acesso em: 23/04/2014.
- ¹⁴ Este ator político exerceu quatro mandatos na Câmara Federal entre 1990 e 2006. Sobre sua primeira eleição, ver o documento “Religião e política: Memória e História da Renovação Carismática Católica em Maringá (PR)” (Silva 2008).
- ¹⁵ Ver: <http://www.rccbrasil.org.br/artigo.php?artigo=55>. Acesso em: 23/04/2014.
- ¹⁶ Idem.

- ¹⁷ Em 1995 foi criada, no Rio Grande do Sul, a Escola Cristã de Educação Política de Santa Maria.
- ¹⁸ Como a RRC, o Movimento Cursilho de Cristandade e o Movimento dos Focolares desenvolvem iniciativas de formação de leigos. As iniciativas do primeiro são encaminhadas pelo Movimento Fé e Política do Cursilho de Cristandade, e as do segundo pelo Movimento Político pela Unidade (Alves 2010).
- ¹⁹ Os legisladores católicos ligados à RCC revelaram em suas entrevistas terem sido estimulados por pais e leigos do Ministério Fé e Política a se filiar e disputar eleições para o legislativo. Esses entrevistados passaram por vários cursos de formação de lideranças oferecidos pelo Ministério e não tinham vínculos anteriores com movimentos sociais, sejam os de categoria profissional, sejam os de caráter urbano ou identitário.
- ²⁰ Este sentimento favoreceu o desenvolvimento do discurso de minoria discriminada e perseguida pela elite brasileira. Ver Machado e Burity (2014).
- ²¹ Ver: <http://www.portaligrejaquadrangular.com.br/portal/novidades/cidadania.asp>. Acesso em: 04/02/2014.
- ²² No caso do escândalo do “mensalão”, constatou-se o envolvimento do parlamentar Carlos Rodrigues (PL/RJ), na ocasião Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, que renunciou e foi julgado e condenado pela justiça brasileira. No chamado escândalo dos “sanguessugas”, o número de parlamentares evangélicos denunciados pela CPI do Congresso Nacional ultrapassou duas dezenas, segundo a mídia nacional. Eram políticos vinculados às Igrejas Internacional da Graça de Deus, Quadrangular, Batista, Metodista, Universal do Reino de Deus e Assembléia de Deus, mas chama atenção o número de pastores da Universal (13) e da Assembleia (10) arrolados pela CPI. Ver os nomes em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81238.shtml>. Acesso em: 20/05/2014.
- ²³ Vinculado à Igreja Internacional da Graça de Deus e um dos representantes do estado de São Paulo naquela legislatura.
- ²⁴ O PL 1135/1991 foi apresentado pelos deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling. Ver: <http://www.camara.gov.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=17828>. Acesso em: 30/05/2014.
- ²⁵ O ENCRISTUS é um desdobramento, na América Latina, do trabalho da *Comunità di Gesù*, uma associação privada pertencente ao movimento de Renovação Carismática e que foi fundada por Matteo Calisi, no sul da Itália. Ver: <http://comunidadejesusrio.blogspot.com.br/2012/08/matteo-pregando-no-encristus-2012.html>. Acesso em: 30/08/2014.
- ²⁶ Ver: http://www.encristus.com.br/dinamic/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=56. Acesso em: 12/08/2014.
- ²⁷ Ver: <http://www.ibfatibaia.org.br/noticia/1/diretoria-da-frente-nacional-crista-de-acao-social-de-sp-e-eleita-em-congresso>. Acesso em: 21/06/2012.
- ²⁸ Em 2013, ocorreu o I Encontro do FENASP em Roraima com a presença do Presidente Wilton Acosta. Ver: <http://www.fatoreal.blog.br/politica/ale-rr-sedia-i-congresso-do-forum-evangelico-nacional/>. Acesso em: 18/03/2014. E em 2014, o Pr. Wilton esteve no Congresso Estadual do FENASP em São Paulo, que é presidido, desde 2011, pelo deputado federal e pastor da Igreja Brasil para Cristo Roberto Lucena. Ver: <http://www.radicicosgospel.com.br/blog/416/>. Acesso em: 12/04/2014.
- ²⁹ Agradeço à Brenda Carranza o comentário de que a Marcha da Família realizada pouco tempo depois (05/06/2013), que reuniu milhares de pessoas nas ruas de Brasília e teve o Pastor Silas Malafaia entre os seus mobilizadores, também expressa esta tendência de ocupar os espaços na esfera pública.

Recebido em novembro de 2014.

Aprovado em março de 2015.

Maria das Dores Campos Machado (mddcm@uol.com.br)
Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Resumo:

Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos

Este artigo analisa as percepções e atitudes de lideranças carismáticas e pentecostais com o objetivo de esclarecer o interesse crescente desses grupos pela esfera política. Os dados indicam a criação de espaços de formação de lideranças para a política partidária em diferentes agremiações pentecostais, bem como no movimento carismático, e demonstram a tendência dos legisladores desses segmentos de apresentar, em conjunto, projetos de lei que contrariam as demandas atuais dos movimentos feministas e homossexuais no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Palavras-chave: Brasil, religião, liderança política.

Abstract:

Religion and Politics in Contemporary Brazil: An Analysis of Pentecostal and Catholic Charismatics

This article analyzes the perceptions and attitudes of Charismatic and Pentecostal leaders to explain the increasing interest of these groups towards the political sphere. The data indicate the creation of spaces for training political party leaders in both movements, as well as the tendency to submit draft laws together, in conflict with present homosexual and feminist demands in the field of sexual and reproductive rights.

Keywords: Brazil, religion, political leadership.